



**Câmara Municipal**

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

**(77) 3086-9600**

**Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA**

**CÂMARA MUNICIPAL  
VITÓRIA DA CONQUISTA  
PARECER APROVADO NA SESSÃO**

**DO DIA**

**30/03/2022**

**Luis Carlos Dudé**

**PRESIDENTE**

**PARECER FAVORÁVEL, DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF AO PROJETO DE  
RESOLUÇÃO Nº 07/2021 DE AUTORIA DO VEREADOR ORLANDO  
DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, QUE INSTITUI O PRÊMIO “IRMÃO  
LAZARO”, PREMIANDO OS MÚSICOS E CANTORES  
EVANGÉLICOS EM DESTAQUE DE VITÓRIA DA CONQUISTA E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Trata-se do Projeto de Resolução Nº 07/2021 de autoria do Preclaro Parlamentar Orlando de Oliveira Santos Filho, que *Institui o Prêmio “Irmão Lázaro”, premiando os músicos e cantores evangélicos em destaque de Vitória da Conquista e dá outras providências.*

O Projeto de Lei “in Analysis” se fundamenta na Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, com espeque na Lei Orgânica do Município, conforme ensinamento da inteligência do Art.41, VII, *in verbis*:

“Art. 41: O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

(...)

VII – resoluções

(...),”

Na mesma esteira, o Art. 162, Parágrafo único e Art. 163, do Regimento Interno preceitua:

Art. 162 – Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara, promulgada pelo Presidente.

Parágrafo único: Constitui matéria de Projeto de Resolução:

(...)

Art. 163 – Salvo os Projetos de Resolução que tenha por objeto as matérias indicadas no Inciso IV do Art. 162, que são os de iniciativa exclusiva da Mesa, os demais podem ser de iniciativa de Vereador ou de Comissão da Câmara.

O Projeto de Resolução em voga se justifica e faz acompanhar de mensagem que destaca que o conteúdo da matéria apresentada fora formulado dentro dos limites legais da Legislação correlata.

Não foram apresentadas emendas aditivas, mesmo sendo estas possíveis no bojo da supracitada Lei Orgânica, atendendo as técnicas legislativas e que dispõe as regras de suplementação.

### **VOTO**

A matéria veiculada nesse Projeto de Resolução, quanto à constitucionalidade e legalidade formais, pode-se dizer que respeita os dispositivos constitucionais e legais atinentes à competência legislativa e à iniciativa. O Projeto em questão está respaldado nos seguintes artigos 16, inciso VII e 55, ambos da Lei Orgânica do Município:

O primeiro destes dispositivos legais versa sobre a competência privativa da Câmara Municipal para dispor sobre sua própria organização, funcionamento, e a criação, transformação, ou extinção de seus cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração. O segundo, por sua vez, dispõe ser a resolução a espécie normativa adequada para regular matéria político-administrativa da Câmara, de sua competência exclusiva.

O art. 162 do Regimento Interno define o significado de Projeto de Resolução:

**www.camaravc.com.br**

**f@t@camaravc**

**Câmara de Vitória da Conquista**





**Rua Coronel Gugé - 150,  
Bairro Centro, CEP 45000-510  
Vitória da Conquista - BA**